



26(2):167-175
jul./dez. 2001

RESENHA CRÍTICA

Meyer, Dagmar E. Estermann. *Identidades traduzidas: cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; São Leopoldo: Editora Sinodal, 2000.

Entre a tradição e a tradução cultural: a produção das identidades docentes entre os teuto-brasileiros-evangélicos

Maria Isabel Edelweiss Bujes

Quanto de nós que habitamos o Sul do Brasil não fomos acostumados a identificar nas raízes étnicas de nosso povo a matriz da disciplina laboral, da industriabilidade, da dedicação ao trabalho e à família, e tantas outras “qualidades”/marcas que seriam próprias aos colonos que vieram ajudar a povoar a nossa terra? Não teria sido a “bagagem cultural dos imigrantes”, vista como um conjunto unitário e coerente de crenças, valores, tradições e práticas, uma das condições de possibilidade de um certo bairrismo sulista que se ancoraria no orgulho dessa herança e numa forma de vê-la – naturalizada e idealizada?

O livro de Dagmar E. Meyer – *Identities traduzidas: cultura e docência teuto-brasileiro- evangélica no Rio Grande do Sul* – tem subjacentes questões como estas, *que ela não faz*, mas que povoam o nosso imaginário. O que Dagmar nos faz, efetivamente, é um convite para que coloquemos em questão as representações sobre as identidades culturais que nos constituem, ela própria, como tantos de nós, marcada também, por uma “herança imigrante”. Mas ela faz isto dentro de um determinado enquadramento, procurando:

delimitar mecanismos e estratégias de articulação, organização e funcionamento de formações discursivas e instituições sociais que estiveram implicadas na produção tanto de representações em torno de uma cultura teuto-brasileira, quanto de uma identidade cultural cujas marcas diferenciadoras mais enfatizadas foram a língua materna (alemã), a fé luterana, a nacionalidade alemã sobreposta a uma cidadania brasileira e a “capacidade de trabalho” alemã (p. 18).

O que seu estudo aponta é a importância que tiveram as escolas elementares, na produção destas representações e das marcas desta identidade, um *locus* apropriado à realização deste almejado processo de “preservação” cultural. E, ao mesmo tempo, destaca o fato de que o esforço dessas comunidades de imigrantes esteve condicionada “à presença de professores/as” (ib.), dada à dificuldade de encontrar, contratar e manter o/s docentes para as escolas que deviam caracterizar-se como baluartes desta “germanidade”. O debate sobre a questão docente salienta-se, portanto, como central no âmbito das organizações comunitárias dos imigrantes e na imprensa que estas mantêm, materializando-se em iniciativas, das Igrejas Católica e Protestante, de formação especializada que envolvem recursos – financeiros e humanos – sustentados pela Alemanha. É este processo, produzido neste âmbito em que se expressam mas também se produzem representações de cultura e identidades culturais e “que demarcaram *um jeito de ser* professor e professora nessas comunidades” (p. 19), que a autora discute em seu livro.

As contribuições do campo pós-estruturalista, dos Estudos Feministas e dos Estudos Culturais servem de inspiração para que a autora realize este seu projeto de análise cultural. Como a questão do poder ocupa uma posição central nas análises destas perspectivas teóricas, o modo como operam as relações de poder como constituidoras das identidades culturais, os dispositivos de que o poder se vale para exercer o governo destas populações de imigrantes, tornam-se objeto privilegiado pela autora em seu estudo.

Dagmar recorre a fontes variadas para ir tecendo os fios que tramam esta história de identidades docentes que se constroem no entrelaçamento com identidades raciais/étnicas, de gênero, de classe: uma série de publicações da imprensa teuto-brasileira publicada no Rio Grande do Sul – o jornal *Deutsche Post*, o almanaque *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, e o periódico *Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul* –, os relatórios produzidos

anualmente pelos diretores do Seminário Evangélico de Formação de Professores, documentos selecionados e reproduzidos a partir da consulta feita pela autora aos arquivos da Igreja Evangélica na Alemanha e dados de entrevistas realizadas com ex-alunos do Seminário e com um pesquisador de História da Igreja de Confissão Luterana no Brasil. É um vasto material, que cobre décadas de atuação da Escola, da Igreja, das lideranças comunitárias e da imprensa teuto-brasileira, tida por muitos pesquisadores como “uma instituição fundamental nos processos de preservação e reformulação da cultura nas regiões de colonização alemã, no Brasil” (p. 29). É interessante como a autora mescla à leitura das fontes locais o exame de materiais produzidos na Alemanha: “antigos documentos, que regulavam, ordenavam, dirigiam aqueles que vinham para o Brasil e que aqui passariam a viver” (Louro, 2000, p. 8).

O que a autora realiza, efetivamente, é uma leitura minuciosa e uma análise primorosa e instigante das fontes consultadas, apresentando-as num texto bem construído, em que se vão esboçando os temas através dos quais ela passa a construir esta história de constituição das identidades de professores e professoras marcadas por interesses e projetos políticos, uma *história do presente*, no dizer de Michel Foucault, em que a história é vista como um campo que produz e modifica fatos e acontecimentos, um saber sobre as lutas mas ao mesmo tempo marcado, constituído e atravessado por elas. Mas, também, um saber em que o historiador ou a historiadora não teme exibir a sua perspectiva: “um olhar que sabe tanto de onde olha quanto o que olha” (Foucault, 1993, p. 30).

Ao realizar o estudo deste projeto cultural, de constituição de uma cultura teuto-brasileira-evangélica e, nela, de identidades docentes, Dagmar vai nos apontando também para as modulações discursivas que se entrecruzam nestes processos para, por exemplo, forjar nos grupos de imigrantes a idéia de uma nacionalidade alemã que se concilie com uma cidadania brasileira. A autora discute com extrema argúcia como, na constituição dos processos identitários de teuto-brasileiro-evangélicos, se entrecruzam significados de etnia, etnicidade, nação, cidadania, dedicação ao trabalho, língua materna (a alemã) e religião (a protestante de confissão luterana). O que ela nos mostra é que as noções de homogeneidade interna desses grupos de imigrantes e das características culturais essenciais e fixas que marcariam a todos os seus integrantes foram sendo construídas ao longo do tempo e estiveram associadas a projetos políticos, religiosos, educacionais, econômicos e nacionalistas,

Uma introdução e três grandes capítulos constituem o corpo deste livro: 1. “Desfazendo bagagens culturais – representações em torno de uma cultura teuto-brasileira-evangélica”; 2. “Escola e docência – a arquitetura de um regime de representação cultural e 3. Uma identidade docente entre a tradição e a tradução cultural”.

Na Introdução, a autora situa o seu estudo, indicando, inicialmente, que tipos de problematização a instigaram a empreendê-lo e descreve como se aproxima de seu objeto de pesquisa, num mesmo movimento em que o vai engen-

drando. Os campos teóricos que sustentam suas análises são apresentados a seguir e é de se ressaltar o modo como vai justificando suas escolhas por tais campos e as possibilidades que estes abrem à compreensão de como se constituem os regimes de representação dos diferentes grupos culturais e sociais e de como operam os mecanismos, as estratégias e as políticas de formação de identidades. Ao dizer dos dilemas e das marcas do processo de investigação, a autora trata de nos apontar o desafio que constitui fazer pesquisa numa perspectiva “desancorada” em que não existem garantias de um porto seguro no qual “amarrar” a perspectiva de análise. Isso, no entanto, não corresponde a um “vale tudo” teórico-metodológico, pois o rigor e a coerência das escolhas que constroem essa abordagem teórico-metodológica é que garantem, neste trabalho, o equilíbrio e a sofisticação analítica. A autora afirma também o caráter assumidamente *interessado* tanto da investigação quanto do/a pesquisador/a. O que fica ressaltado é que as pesquisas desta natureza exigem daqueles/as que investigam “não só incessante renovação e autocrítica, mas também abertura epistemológica” (p. 28). Dagmar nos desafia a percorrer os caminhos que trilhou, a perceber os sinais que encontrou e os significados que a eles atribuiu. E esta é uma das qualidades do seu texto: o engenho com que ela vai nos conduzindo pelas sendas da investigação. A abordagem teórico-metodológica que ela inventa vai nos apresentando o seu objeto em toda a sua complexidade e, nesse movimento, vai nos revelando também as “ferramentas” que usa com propriedade para ir destrinchando as tramas que o constituem. Como diz Louro, na apresentação do livro:

(...) não nos deparamos com a descrição de determinados processos ou práticas sociais tratados como “dados” levantados nas fontes pesquisadas, para, a seguir, sermos confrontados com uma série de conceitos ou teorizações eventualmente pertinentes e “aplicáveis”; em vez disso, a análise das instituições que produziram a docência teuto-brasileiro-evangélica é inteiramente construída “por dentro” da teoria, com conceitos dando corpo e densidade ao material examinado (p. 9).

É interessante ressaltar que esta forma de escrita do texto já vai nos sendo apresentada desde o início da obra o que nos desafia a dar seqüência à leitura e a atender ao convite que nos faz a autora.

O primeiro capítulo denominado “Desfazendo bagagens culturais – representações em torno de uma cultura teuto-brasileira-evangélica” é aquele que abre a discussão em torno de conceitos tais como cultura, representações culturais e produção de identidades culturais e de seus entrecruzamentos, conceitos-chave para o trabalho de pesquisa. Nele são delimitados os contornos da investigação, ao mostrar a anatomia dos processos de constituição de identidades culturais, ao discutir a centralidade do poder na produção da cultura e ao apontar para o caráter construído daquilo que tomamos como herança cultu-

ral. Também se analisa, neste capítulo, a importância, para a teorização pós-estruturalista, de uma compreensão da linguagem não só como instituidora de sentidos mas, também, como produtora do que tomamos como realidade. Neste segmento do texto, a autora discute o conceito de *desconstrução* de Derrida e mostra a produtividade de problematizar e historicizar oposições binárias e a noção essencializada dos pólos que constituem estas relações. As noções de discurso e de formações discursivas, na ótica de Michel Foucault, são também examinadas, indicando que os discursos “formam sistematicamente os objetos de que falam”, implicados tanto na constituição dos sujeitos como do “real”.

Penso que um ponto extremamente interessante da produção empreendida pela autora se encontra neste primeiro capítulo, quando ela vai trabalhando com os marcadores culturais que elegeu para discutir a constituição das representações culturais acerca da cultura teuto-brasileira-evangélica no Rio Grande do Sul: raça/etnia, nacionalidade, religião, gênero e classe. Nesta parte do texto, vão sendo rigorosamente elaboradas as argumentações para dar conta de temas como as relações entre: cultura e raça, cultura e nação e cultura e gênero. Também ali a autora vai apontando, com o recurso da apresentação do material empírico, como se constituem discursivamente as marcas das identidades culturais dos sujeitos imigrantes. Os mecanismos de diferenciação, de delimitação de fronteiras, as estratégias de silenciamento e de hierarquização vão sendo minuciosamente apontados para nós, indicando como as múltiplas *posições de sujeito* vão construindo um sentido de pertencimento social e como a escola está produtivamente implicada neste processo.

O segundo capítulo, “Escola e docência – a arquitetura de um regime de representação cultural”, se aplica em delimitar e discutir quais e de que modo certas especificidades históricas, sociais e culturais se combinaram nas representações de escola elementar e de docência no âmbito cultural que o estudo abrange.

O tema da representação abre as discussões neste capítulo. Nele, se discute o caráter inventado das “verdades” e o fato de que nunca lidamos com a realidade como ela é “verdadeiramente” mas com *representações* da realidade que “não são apenas múltiplas, mas particulares e interessadas, convergentes ou divergentes...” (p. 110) e que assumem, em alguns casos, uma maior autoridade, não apenas transformando-se em senso comum, mas tornando invisíveis as relações de poder que estiveram na base de sua constituição. As representações de escola e docência e as identidades de professor e professora por elas instituídas constituem, portanto, os pontos focais das discussões empreendidas nesse segmento do livro. Ali se discute, por exemplo, como se acionava a idéia de “tradição” de forma a garantir a adesão necessária para que escolas fossem criadas e mantidas e freqüentadas, nas comunidades de imigrantes. Também ali aparecem minuciosamente examinados os modos pelos quais as escolas vão-se constituindo como espaços de produção de sujeitos culturais de um certo tipo, funcionando como elemento de diferenciação interna e externa do grupo.

Deste capítulo fazem ainda parte duas discussões fundamentais para o projeto empreendido pela autora: uma que analisa a escola elementar como *locus* e instrumento de produção de identidades e diferenças culturais e outra, que debate a docência como ofício e como projeto de tradução cultural. Ao fazer uma reconstituição do processo de implantação da escolarização na Alemanha e nela das marcadas influências das Igrejas Protestante e Católica, Dagmar aponta para o fato de que apenas no século XIX ocorre, naquele país, o fortalecimento da escolarização destinada às camadas populares e que esta esteve enredada “numa complexa e difusa rede de interesses religiosos, políticos, econômicos, nacionalistas e corporativos que se articularam e se confrontaram de modo diverso, enquanto ocorria a emigração para o Brasil” (p. 120). Dedicando-se ao exame dos projetos de escolarização levados a efeito nas regiões de imigração alemã no Rio Grande do Sul, o texto identifica não só as extremas dificuldades que estes enfrentam mas também uma multiplicidade de concepções sobre a escolarização entre os colonos e uma heterogeneidade na relação destes com a instituição escolar. É neste momento que ocorre a discussão sobre o processo de hibridização cultural, conforme o concebe Stuart Hall, e de como a escola atua não só para harmonizar a nacionalidade alemã com a cidadania brasileira mas também, segundo a autora, “para produzir uma *nova* cultura, que desse conta de englobar o jeito de viver a vida nas regiões coloniais” (p. 128). O que está presente nesse caso é um processo de tradução cultural, que resulta de um longo e complexo processo de negociação entre culturas que carrega marcas de embates e negociações. Tais embates e negociações envolvem múltiplas e conflitantes representações de escola, de ideário político e pedagógico, do papel das igrejas e do Estado alemão, dos currículos escolares, etc.

É inegável, a se aceitarem as análises da autora, que se esta escola teuto-brasileira e evangélica funcionou como *locus* de produção de identidades e diferenças culturais ela teve, também, a responsabilidade de produzir uma identidade docente específica. E, portanto, num campo em que se tecem a exaltação e a crítica às condições da docência na zona colonial, em que se exalta o valor da escolarização como um atributo natural da cultura, que se estabelecem “definições de docência e lugares sociais para professores e professoras” (p. 140). É neste campo, informado por estas representações em que se enfatiza a necessidade de formar professores para exercerem a docência nas “picadas”, no contexto de debates em que se demarcavam os traços que deveriam identificar os colonos como alemães e evangélicos, que a autora analisa a criação do Seminário Evangélico de Formação de Professores. Ela ali não apresenta apenas a trajetória do Seminário como instituição, mas destaca igualmente as influências da Igreja na sua organização e funcionamento. Passam pelo seu crivo desde a escolha e contratação do diretor como as obrigações que lhe são atribuídas e à sua esposa, mas também a composição do corpo docente, as

exigências do projeto curricular, o pequeno número de egressos até a sua transferência, em 1926, para São Leopoldo. Mas, sem dúvida o que constitui um ponto a ser destacado é o valor simbólico da instituição, enquanto projeto de tradução cultural e de investimento na preservação das especificidades culturais do grupo de imigrantes.

No terceiro capítulo, “Uma identidade docente entre a tradição e a tradução cultural”, a autora focaliza a sua análise de modo mais direto na identidade docente. Neste capítulo, ela busca localizar as marcas constitutivas dessa docência e os possíveis mecanismos e estratégias envolvidos com a sua produção, ao tempo em que ocorriam os debates sobre o Seminário Evangélico de Formação de Professores.

É a partir de uma pergunta feita por um diretor do Seminário: “Onde poderemos obter professores competentes?”, que se aprofunda a análise sobre os mecanismos e estratégias de poder envolvidos na produção de identidades docentes. Aqui, se descrevem com detalhes como este processo oscilou entre movimentos de *tradição* e *tradução* e a pesquisa revela como se deram os embates entre diversas instâncias e entre distintos discursos, representações e práticas na definição não só do professor¹ desejado mas também da formação que a ele deveria ser dispensada. Aqui a autora discute também as disputas de poder que se estabelecem em torno da escola elementar, entre Igreja Evangélica e Estado Brasileiro, e o papel de uma imprensa teuto-brasileira na articulação das ênfases que deveriam ser imprimidas à formação docente;

O “ser professor” envolvia e expressava, aqui uma articulação conflituosa e singular de muitas representações que produziam e acionavam memórias, narrativas, símbolos, saberes, práticas, crenças, e imagens que permitiam forjar uma suposta unidade do grupo em torno de uma identidade cultural marcada por representações vigentes de raça, nação, religião, classe e gênero e que foi definida, justamente, como sendo o colono teuto-brasileiro-evangélico (p. 174).

A última seção do livro está voltada para a discussão de um estranhamento da autora, no exame dos documentos pesquisados: por que só homens cursavam o Seminário, ainda na segunda década do século XX, quando o processo de feminização do magistério primário já se encontrava em andamento desde meados do século dezanove? Nesta seção, a autora faz uma articulação das perspectivas históricas com as análises de gênero, mesclando-as ainda com uma análise de classe. Isso nos permite entender não só como as posições de homens e mulheres eram representadas em contextos culturais como o alemão e o colonial mas também como isso era visto no âmbito das igrejas Protestante e Católica. Através destas finas análises, é possível compreender a marca masculina dessas identidades docentes “como sendo um efeito do poder das representações culturais em que gênero, religião e nacionalidade se articularam de

um modo particular” (p. 198). Dagmar se dedica ainda a analisar como se dão os deslocamentos que abrem um espaço para que as moças das famílias teuto-brasileiro evangélicas possam se formar no magistério. Mas isso se dá numa perspectiva que não envolve necessariamente o exercício posterior da docência, constituindo uma alternativa para dar conta da aspiração de mobilidade social das famílias de pastores e professores, mais especialmente, de uma melhor preparação escolar para as mulheres e para um passageiro exercício profissional, até o casamento. O que a autora destaca é o modo de operar das contingências e interesses locais neste processo, enfatizando que são os movimentos, as difusas relações de força, a instabilidade, o conflito que estão implicados nos processos de transformação social. Como disse Foucault (citado por Ewald, 1993, p. 47): “As forças que estão em jogo na história não obedecem nem a um destino, nem a uma mecânica, mas, na verdade, ao acaso da luta”.

Encerram as análises de Dagmar os conflitos entre um processo de nacionalização que se tornava hegemônico (o brasileiro) e as marcas de uma germanidade protestante que até então haviam sido imprimidas às identidades docentes. Como estes conflitos se expressam nas formações discursivas e são significados pelos grupos envolvidos, que efeitos eles têm na reconfiguração do que é representado como exercício da docência e como nestas representações ecoam os discursos nacionalistas, constitui a discussão que encerra este livro.

Mesmo tendo a certeza de que esta resenha não faz jus à multiplicidade de temáticas, à riqueza analítica e à forma instigante e perspicaz como a autora vai construindo seus raciocínios, espero que ela seja um convite à leitura e à discussão deste livro da Dagmar que nos desafia, já desde a sua capa, a percebermos o quanto de tradução compõe também as nossas identidades. Mas não se pense que a leitura do livro interesse apenas àqueles/as envolvidos com a temática da imigração alemã; ele é, certamente, recomendado para todos os que desejem se aprofundar nas discussões sobre representações e identidades culturais.

Nota

1. Utilizo aqui a formulação no masculino pois, como enfatiza a autora, inicialmente apenas homens eram aceitos no Seminário.

Referências Bibliográficas

- EWALD, François. *Foucault, a norma e o direito*. Lisboa: Veja, 1993.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a Genealogia e a História. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

LOURO, Guacira, L. Apresentação. In: Meyer, Dagmar E. Estermann. *Identidades Traduzidas: cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; São Leopoldo: Editora Sinodal, 2000.

Maria Isabel Edelweiss Bujes é professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil, ULBRA.

Endereço pra correspondência:

E-mail: mibujes@terra.com.br